

to, quem ganha até R\$ 1.980, deixando de ser isento. Desde 2015, quando o salário mínimo era de R\$ 788, o limite da faixa de isenção da tabela é de R\$ 1.903. Naquela época, pagava imposto quem ganhava acima de 2,4 mínimos, hoje, R\$ 3.168, informa reportagem postada no Portal R7. Para Márcio Lério, membro do **CRCSP (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo)**, a maior parte dos trabalhadores está sendo prejudicada pela falta de correção da tabela do Imposto de Renda. "Se tivesse ocorrido reajuste, hoje, as pessoas que ganham aproximadamente até R\$ 3.940 teriam que ser isentas de imposto, isso considerando o IGP-M/FGV desse período em que não houve a correção", afirma Lério, que também é diretor

de uma loja de animais, a faixa de isenção, que hoje é de R\$ 1.903,98, subiria para R\$ 4.670,23. Isso beneficiaria cerca de 12 milhões de pessoas, que deixariam de pagar o imposto, totalizando 24 milhões de isentos. Não há reajuste da tabela progressiva desde 2015 e, de 2018 para cá, a defasagem é de 26,5%, de acordo com os dados do Sindifisco. "Com essa defasagem, muitas pessoas passam a ter um rendimento líquido menor e os prejudicados são aqueles trabalhadores com renda mais baixa, de até cinco salários mínimos. Pessoas que têm renda maior acabam pagando menos imposto, porque muitas não têm rendimentos tributáveis, recebem rendimentos isentos, como dividendos, e acabam não pagando imposto de renda tanto quanto as pessoas que

pagam imposto de renda", afirma quem ganha até R\$ 5.000 por mês. Mas essa correção geraria uma perda de receita para União, estados e municípios. "Essa foi a promessa, mas é claro que envolve uma grande discussão no Congresso. Está no plano desse governo, assim como estava no governo anterior. Mas a perspectiva é que dentro desses próximos quatro anos ocorra uma correção. A questão da reforma tributária está sendo amplamente discutida no Congresso, houve algum avanço em alguns pontos. Acredito que no médio prazo deva ocorrer essa correção", analisa Lério.

### Projetos de lei em tramitação

Existem projetos de lei em discussão no Congresso Nacional que propõem faixa de isenção de R\$ 2.500 a R\$

6.000 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), relativo ao ano anterior. Já o PL 2.337/2021, do Poder Executivo, que altera várias regras do IR, foi aprovado na Câmara mas ainda não foi analisado no Senado. A proposta era parte da reforma tributária. Uma das mudanças era a faixa de isenção IR, que passaria de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500 mensais. Segundo levantamento da Inafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), cerca de 13,5 milhões de contribuintes já deixariam de pagar o imposto em 2023 se essa mudança fosse aprovada, que considera a inflação de 2018 a 2021. (com informações da Agência Senado)



EM PROI DA CAUSA ANIMAL

